

*INTERNATIONALI NEGOTIA
DIRETORIA ACADÊMICA
ÁREA DAS NAÇÕES UNIDAS*

KEICY LOPES DA SILVA

**ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS
CRISE POLÍTICA NA VENEZUELA**



MODELO INTERNACIONAL DO BRASIL

*BRASÍLIA - DF
2017*

KEICY LOPES DA SILVA

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS
QUESTÃO DA VENEZUELA: UMA LUTA SOCIAL, ECONOMICA E POLÍTICA

BRASÍLIA - DF
2017

CARTA DO SECRETARIADO

Estimados Delegados e Delegadas,

Bem-vindos à Organização dos Estados Americanos (OEA). É dever dos senhores elaborar soluções para a questão política, econômica e social da Venezuela, de forma que o controle nacional seja reestabelecido e as estruturas do governo possam se mostrar eficientes e destinadas ao controle e proteção da população civil. Visando, assim, a segurança estatal, o desenvolvimento de uma política pública estável, o fortalecimento institucional e a aplicação dos Direitos Humanos em todo o território venezuelano.

A conjuntura global na qual a República Bolivariana da Venezuela está inserida é preocupante. O enfraquecimento das políticas públicas e a pouca efetividade de órgãos regionais tem colocado em dúvida a capacidade do Estado de garantir a segurança de sua população e cumprir com o estipulado na Declaração Universal de Direitos Humanos, ocasionando a instabilidade social da região e a insatisfação pública. Diversos acontecimentos internos mancharam a imagem da nação internacionalmente, acarretando em demasiadas críticas e acusações de órgãos de segurança e proteção de civis.

O país enfrenta uma enorme crise econômica, que acompanha a violência urbana e a impunidade, ferindo profundamente os objetivos alçados pela Organização dos Estados Americanos, de modo a configurar a Venezuela como um país em situação emergencial. No setor econômico, a nação venezuelana apresenta uma taxa de inflação elevada e a alta nos preços é associada a escassez de produtos, tornando o território carente de alimentação e saúde.

As ações elaboradas pelos senhores devem aspirar à resolução do conflito e à reestruturação de mecanismos de proteção e cooperação entre os países da OEA e a Venezuela, respeitando amplamente a sua soberania. A fim de atingir o sucesso do comitê, é necessário que sejam formuladas medidas a curto e longo prazo, que se comprometam com a melhoria do sistema interamericano nas áreas políticas e econômicas. Desse modo, será possível evitar o agravamento de problemas sociais que levam a população venezuelana a pressionar seu governo a adotar medidas de repressão e controle.

“As guerras, a pobreza e as injustiças sociais, são o maior atestado de primitivismo, de egoísmo e da incompetência humana”.

(Augusto Branco)

“A violência destrói o que ela pretende defender: a dignidade da vida e a liberdade do ser humano”.

(João Paulo II)

(...) O reconhecimento da dignidade humana inerente a todos os membros da família humana e de seus direitos iguais e inalienáveis é o fundamento da liberdade, da justiça e da paz do mundo”.

(Preâmbulo da Declaração Universal dos Direitos Humanos)

RESUMO

No panorama latino americano, a questão que abarca a Venezuela é vista com preocupação, pois suas estruturas políticas, econômicas e sociais vêm se mostrando debilitadas devido a uma série de fatores internos que podem ser associados a incompetência de suas estruturas de governo e a aplicação da lei. Deste modo, expõe-se globalmente a fragilidade institucional e o descontrole político que acarreta na insatisfação pública e na formulação de um ambiente instável.

O presente trabalho tem como proposta expor a situação venezuelana no que tange seus diversos aspectos, analisando o histórico, economia, política, sociedade e os movimentos que impulsionaram a Venezuela a se tornar uma nação inconstante e, em demasiados aspectos, hostil.

Palavras-chave: Venezuela, Debilitadas, Incompetência, Fragilidade, Histórico e Hostil.

SUMÁRIO

Histórico e Escopo do Comitê: Página 7

Introdução: Página 9

1- Precedentes Históricos: Democracia na Venezuela: Página 11

1.1- Histórico do Conflito: Página 12

1.2- Hugo Chávez: Socialismo do Século XXI e a Revolução Bolivariana: Página 13

1.2.1- Questão do Petróleo: Página 14

1.2.2- Revolução Bolivariana: Página 14

1.3- Fim do Mandato de Hugo Chávez e Eleição de Nicolás Maduro: Página 15

1.4- Panorama Político Atual: Página 15

2. Crise Econômica e Social: Página 16

3. Problema Social: Deterioração da saúde e violência Página 18

4. Gráfico de análise venezuelano: Página 18

Considerações Finais: Página 20

APENDICE 1: Página 23

HISTÓRICO E ESCOPO DO COMITÊ

Após a Segunda Guerra Mundial, o cenário internacional sofreu uma série de movimentos revolucionários que tinham por objetivo estreitar a relação entre os países. Durante as décadas de 1940 e 1960 foi instaurado o novo sistema internacional, que trouxe consigo propostas e ideias embrionárias que possibilitaram o surgimento de instituições como a Organização das Nações Unidas (ONU) e a União Europeia.

O final do século XX foi marcado por disputas entre os blocos capitalista e socialista, possibilitando a formação de diversas desavenças entre países que não haviam se posicionado a respeito de um dos blocos ideológicos. Buscando garantir o perfeito alinhamento dos países com as orientações de Washington, a Organização dos Estados Americanos (OEA) foi criada.

A primeira Conferência Internacional Americana foi realizada em Washington. D.C, nos Estados Unidos da América, tendo por objetivo alcançar soluções para possíveis controvérsias dos governos americanos, bem como melhorar as relações comerciais e a comunicação entre os países situados nas Américas. Essa reunião impulsionou a formação da Organização dos Estados Americanos e assentou o sistema interamericano, obtendo maior integração comercial e fortalecendo os vínculos dos Estados com o setor privado num ambiente pacífico de cooperação e segurança regional.

Fundada em 1948, a OEA é composta por 35 Estados membros pertencentes ao continente americano. A organização pretende garantir que seus membros encontrem soluções pacíficas para questões políticas, sociais e econômicas por meio de quatro pilares: democracia, direitos humanos, segurança e desenvolvimento. Por meio da ratificação da Carta Democrática Interamericana, a OEA se tornou uma organização central na promoção e na defesa dos regimes democráticos nas Américas.

O dever de fazer valer os direitos intrínsecos à pessoa humana e de responsabilizar aqueles Estados que não o façam foi alçado à condição de compromisso internacional dentro da OEA. Ao violar os direitos de um de seus cidadãos, o Estado estará cometendo uma violação não apenas contra aquele indivíduo, mas contra todos os Estados membros do sistema. Dessa forma, os demais integrantes da organização passam a ter o direito de cobrar de um de seus semelhantes o cumprimento dessas diretrizes.

Onze anos após a adoção da Carta da OEA, foi criada a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), sob a qual estão submetidos todos os Estados membros da organização, até mesmo aqueles que não ratificaram a Convenção Americana – que explicita as

violações de forma mais clara e sistemática, estruturando o Sistema Interamericano de Proteção aos Direitos Humanos. Na CIDH, os demais instrumentos normativos do sistema podem ser levados à apreciação da Comissão.

A Corte Interamericana, por sua vez, consagra-se como órgão de caráter jurisdicional e que possui previsão expressa apenas na Convenção Americana. Dessa forma, julga somente aqueles países que expressamente aceitaram sua competência obrigatória e se submeteram à jurisdição do órgão colegiado à Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

INTRODUÇÃO

A situação econômica, política e social da República Bolivariana da Venezuela se tornou uma grande preocupação para a América Latina devido as inúmeras críticas e acusações internacionais que foram constatadas no decorrer dos últimos anos. O descontrole político, a escassez econômica, a violência generalizada e os problemas de gestão configuram o quadro a qual a Venezuela está inserida atualmente.

A questão pode ser compreendida pela análise histórica a partir de 1999, quando ascendeu ao poder o presidente Hugo Chávez, o qual adotou uma série de reformas, que mudaram os setores econômicos da Venezuela, principalmente no que se refere às ações multilaterais que envolviam o petróleo. Durante seu governo, Chávez promoveu inúmeras reformas estatizantes e, como consequência, a nação passou a ter demasiada arrecadação de capital advinda da venda do recurso energético. O presidente, por sua vez, aplicou o investimento destas translações nas áreas sociais do país, idealizando programas sociais voltados a moradia, educação e saúde.

Hugo Chávez se tornou bem querido por parte da população devido a sua política populista, enquanto os conservadores e opositores do governo articulavam movimentos contra a ascensão do presidente. Os opositores do presidente, por sua vez, acreditavam que as medidas tomadas não causariam a reestruturação do país a longo prazo, além de defenderem que acarretariam em uma crise econômica e social, visto que em algum momento os recursos iriam fíndar-se.

O Chefe de Estado faleceu em 2013 e Nicolás Maduro¹ assumiu o poder da nação. No entanto, sua popularidade não se igualava a do antigo presidente, ocasionando a radicalização da oposição contra o governo. Os movimentos que utilizavam de métodos pacíficos começaram a convocar extensos protestos de rua, depredações e, em alguns momentos, violações às condutas democráticas. Neste contexto, a Venezuela entrou num quadro de violência irreparável, ao ponto de incitar a morte de centenas de pessoas.

A nação venezuelana entrou em estado de exceção e emergência econômica. Este é o período de maior instabilidade política da região. Com a economia baseada no petróleo, o país

¹ Nicolás Maduro é o atual representante político da Venezuela. Desde abril de 2016, a oposição tenta destituir Maduro, pedindo um plebiscito revogatório do mandato do presidente. Trata-se de um mecanismo previsto na Constituição venezuelana que permite remover o presidente do cargo por votação popular.

viu a arrecadação monetária cair junto com o preço do barril. A situação econômica ficou ainda mais crítica devido a política de controle de preços que, tentando controlar os juros, acabou parando a produção. O país vive o aumento da criminalidade e os índices de inflação nunca foram tão altos. A nação se mostra carente de alimentos e energia elétrica; o serviço público se mostra necessitado de estrutura e gestão eficiente.

Enquanto a oposição usa a insatisfação popular para realizar um referendo que destitua Maduro do poder, o presidente esforça-se para controlar os protestos que ocorrem frequentemente no território e tenta driblar as críticas internacionais a seu modelo falido de estrutura política.

QUESTÃO DA VENEZUELA: UMA LUTA SOCIAL, ECONOMICA E POLÍTICA

1- Precedentes Históricos: Democracia na Venezuela

Apesar de muito golpes militares na sua história, a Venezuela atravessou anos de plenas ditaduras na América do Sul, em regime democrático. Apesar de ser um dos grandes produtores mundiais de petróleo, o país sofreu as consequências da grave crise de 1973, precisando tomar medidas de austeridade econômica. Tais medidas fizeram minar a frágil democracia, culminando com o golpe de 1992, quando Chávez surgiu na cena política local. A partir daí o país enfrentou uma série de problemas/crises internas e externas, que se agravaram com o passar do tempo, sobretudo com a chegada de Nicolás Maduro ao poder. (Nizete Maria Bomfim, UFS)

O período de três décadas que seguiu o fim da ditadura militar na Venezuela (1958) foi caracterizado pela estabilidade política e prosperidade econômica. Nesse período, o país passava por uma fase de crescimento econômico sem precedentes devido ao choque do petróleo da década de 70 e a guerra do Irã, que viabilizaram o aumento do preço do principal produto de exportação venezuelano.

A economia baseada na exportação do petróleo moldou o sistema democrático da nação e minimizou os conflitos de classe. Entretanto, com a queda do preço do petróleo no final da década de 80, a Venezuela teve de recorrer a organismos internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial (BM), sendo submetida a reformas neoliberais. O pacote de reformas não foi bem recebido pela população, que reagiu com violência. (Natalia Regina Maciel, 2017, Rio de Janeiro).

O desenrolar da crise que assolou a Venezuela na década de 80 e início da década de 90 trouxe grandes consequências ao país. A principal e mais discutida internacionalmente foi a polarização da sociedade e a consequente polarização política do país. A insatisfação com o sistema vigente fez com que novos partidos, em sua maioria de esquerda, começassem a surgir. (Natalia Regina Maciel, 2017)

1.1- Histórico do Conflito

Em 1992, Hugo Chávez tentou dar um golpe de Estado contra o então presidente Carlos Andrés Pérez. No entanto, a tentativa não obteve êxito, resultando em sua prisão. Em 1998, tentou subir ao poder pela via democrática: iniciou seu mandato presidencial em 1999, após derrotar nas eleições o partido que ocupava o governo do país.

“Chávez empreendeu reformas políticas que iam de encontro ao antigo sistema, pautadas na representação política através de partidos. Estas mudanças ocorreram de forma pacífica, com apoio popular e militar e através de instrumentos democráticos e constitucionais. As transformações, não se deram na ausência de conflito, parecendo em certos momentos que a democracia entraria em colapso”. (Natalia Regina Maciel, 2017)

Nos primeiros anos de governo, Hugo Chávez promoveu uma alteração na constituição, passando a permitir a reeleição para o cargo de presidente. Este fato, na realidade, acabou possibilitando e posteriormente se transformando em uma ditadura na Venezuela. Durante o período de ditadura, ocorreu a dissolução do Congresso, a extinção do Senado Federal e a convocação de uma Assembleia Constituinte que recriou as normas jurídicas do país.

O presidente se tornou adepto à Revolução Bolivariana, que tinha por objetivo mudar as questões econômica, políticas e sociais no território. Estabeleceu-se, então, uma “democracia popular e participativa”, combatendo a dívida social, em especial nos campos da saúde e educação. Além disso, Chávez efetivou o modelo neoliberal da receita petrolífera por uma política produtiva e de redistribuição, buscando a integração latino-americana e a aproximação com a Europa – desenvolvendo dessa forma, uma economia regional com participação na economia mundial multipolar.

Hugo Chávez elaborou também um plano que incluía a estatização de hotéis, empresas de eletricidade, siderúrgica, petrolíferas e de telecomunicações do país. De acordo com Chávez, "Tudo o que foi privatizado será nacionalizado. A nação deve recuperar a propriedade dos setores estratégicos".

Neste período, a Venezuela se tornou a campeã mundial de inflação; as perseguições políticas eram corriqueiras, o sistema jurídico do país foi todo dominado. Os tribunais superiores foram preenchidos por homens de confiança do governo e mais de 200 emissoras de rádio e televisão foram retiradas do ar. A chamada revolução bolivariana deixou marcas

profundas no cotidiano social da população, e muitos acreditam que foi uma das responsáveis por disseminar o caos que até hoje a Venezuela tenta, sem sucesso, contornar.

“A problemática se insere em um processo de desajustes políticos mais amplos, caracterizado pelo dismantelamento, no segundo governo do presidente Chávez (2007-2013), das instituições da democracia liberal baseadas na Constituição da República Bolivariana da Venezuela, de 1999, a favor de um Estado de democracia direta, vertical e autoritário. Esta destruição foi facilitada por uma forma de fazer política e um estilo de gestão populista. A democracia liberal representativa está agonizando entre o autoritarismo militarista, que em nome de Chávez está se concretizando, e a anarquia, produto da destruição institucional defendida por ele para transformar a ordem política em um Estado Comunal que hoje, com toda certeza, ninguém sabe muito bem como concretizar. As tendências mais fortes parecem dirigir-se a um endurecimento do chavismo”. (Margarita López Maya, 2013)

1.2- Hugo Chávez: Socialismo do Século XXI e a Revolução Bolivariana

Chávez dizia que a Venezuela estava vivendo a Revolução Bolivariana (Em referência a Simón Bolívar²) e pretendia implantar o “Socialismo do Século XXI”. Durante o seu governo, realizou a reforma agrária, restringiu a participação de multinacionais na exploração de petróleo e autorizou o regime de cogestão entre o Estado e funcionários para reerguer empresas falidas, além de estatizar os setores considerados estratégicos pelo governo, como os de telecomunicações, energia elétrica e indústrias básicas de minerais. No caso do petróleo, a estatal Petróleos de Venezuela S.A. (PDVSA) obtinha pelo menos 60% das ações e o controle das operações feitas em colaboração com as multinacionais do setor. Chávez anunciou também a ampliação dos Conselhos Comunais, organizações similares a associações de bairro, que poderiam substituir as prefeituras no futuro. (Ana Prado, 2013)

1.2.1- Questão do Petróleo

A Venezuela possui em seu subsolo uma enorme jazida de petróleo, fator que lhe possibilita ser um dos grandes produtores de combustíveis fósseis do mundo. A canalização

² Simón Bolívar: Simón Bolívar foi político e militar venezuelano que atuou de forma decisiva no processo de independência da América Espanhola.

econômica, quase que totalmente vinculada a produção de petróleo, resultou em uma instabilidade, provocada pela variação do preço do combustível do mercado mundial.

Com a queda do preço do recurso energético no mercado internacional desde 2009, o país vem enfrentando sérios problemas econômicos. A redução de receitas afetou diretamente os programas sociais de Chávez, cortando drasticamente as importações e disparando a escassez de alimentos, medicamentos e insumos para a indústria, em meio a um rígido controle de preços e de câmbio por parte do governo. Apesar da retórica anti-Estados Unidos, a Venezuela depende das volumosas compras de petróleo feitas pelos norte-americanos, os tornando dependentes deste fluxo de capital.

1.2.2- Revolução Bolivariana

Hugo Chávez se tornou adepto à Revolução Bolivariana em 1980, porém o processo de Revolução teve origem em 1957, quando Douglas Bravo³ liderava um movimento do braço armado do Partido Comunista da Venezuela. As ideologias e ações do processo se constituía em um polo civil-militar revolucionário.

Nos anos 1980, Hugo Chávez conheceu o guerrilheiro e aderiu ao movimento e ao ideal, mas em 1991 acabou rompendo os acordos com Douglas Bravo.

“Diz-se que a concepção de Revolução Bolivariana é estruturada a partir de três elementos. A primeira inspiração da ideologia de Chávez é, naturalmente, o bolivariano Douglas Bravo; a segunda está ligada à Norberto Ceresole⁴; a terceira é dada ao líder cubano Fidel Castro⁵. Dessa forma, Hugo Chávez mistura em sua ideologia bolivariana elementos históricos e políticos diferenciados no tempo, tendo como objetivo unir a democracia participativa com um partido civil-militar de esquerda.” (Antonio Gasparetto Junior, História da América Espanhola)

³ Douglas Bravo: É um dos guerrilheiros mais destacados da Venezuela, foi preso e torturado por formular movimentos de esquerda. Ele integrou as Forças Armadas de Libertação Nacional (FALN).

⁴ Norberto Ceresole: Foi um sociólogo e cientista político argentino conhecido pelo seu passado como guerrilheiro de esquerda na Argentina.

⁵ Fidel Castro: Foi um líder revolucionário cubano e comunista, presidente do Conselho de Estado da República Cubana, primeiro-secretário do Comitê Central do Partido Comunista de Cuba e ditador do país.

1.3- Fim do Mandato de Hugo Chávez e Eleição de Nicolás Maduro

O presidente Hugo Chávez faleceu em 5 de março de 2013. Nicolás Maduro, que era seu vice-presidente e herdeiro político, venceu as eleições seguintes por uma estreita margem sobre o opositor Henrique Capriles.

O Tribunal Supremo da Justiça (TSJ) reduziu os poderes legislativos da oposição ao declarar o Parlamento em desacato e anular todas as suas decisões. A oposição tentou convocar um referendo revogatório para tirar Maduro do poder, porém o Conselho Nacional Eleitoral suspendeu o processo, argumentando fraude no recolhimento de assinaturas necessárias para sua realização.

O TSJ assumiu do Parlamento e suspendeu a imunidade dos deputados, o que a oposição considerou um golpe de Estado. Paralelamente, a Controladoria tirou os direitos de Henrique Capriles para exercer cargos públicos por 15 anos. Isso deixou de fora da disputa eleitoral os dois opositores mais bem colocados nas pesquisas, Capriles e López. Depois de forte pressão internacional, as decisões do TSJ foram parcialmente anuladas. Entretanto, a oposição se lançou às ruas para exigir a destituição dos juizes do Supremo, a independência do Parlamento e eleições gerais.

1.4- Panorama Político Atual

A Venezuela vive uma rotina de turbulências. O presidente Nicolás Maduro enfrenta uma onda de protestos contra e a favor de seu governo. Com grande participação popular, as manifestações ocorrem diariamente e já geraram incidentes violentos, além de diversos confrontos com a polícia. O país está dividido entre os chamados Chavistas (Simpatizantes das políticas Socialistas do ex-presidente Hugo Chávez) e os opositores, que esperam o fim das ideologias do Partido Socialista Unido da Venezuela (PSUV)

Os manifestantes opositores pedem a saída do presidente e reivindicam a realização de novas eleições, acusando o governo de agravar a crise econômica, política e social; o governo, por sua vez, continua culpando a oposição por realizar atos de terrorismo e protestos violentos para dividir e desestabilizar o país. (Carolina Cunha, 2017)

Em declarações oficiais, o governo diz que fascistas e grupos de direita buscam concretizar um “golpe de Estado” contra o modelo de governo chavista. Maduro cita ainda que

existe uma “campanha mundial contra a Venezuela”, e defende que quem estaria por trás desta manobra seria os Estados Unidos da América, interessados em uma possível intervenção estrangeira no país.

A principal demanda dos manifestantes de oposição é a realização de novas eleições, visto que as eleições de governadores, que deveriam ter sido realizada em 2016, nunca existiram. O governo alega que as últimas eleições tiveram que ser atrasadas devido ao custo financeiro do processo, que seria muito alto em um cenário de crise. Os opositores também pedem a libertação de políticos presos, acusados de conspiração e atos de violência. A ONG de Direitos Humanos, Foro Penal, denuncia a forte repressão governamental, que inclui a prisão arbitrária de dezenas de pessoas e o julgamento de civis em tribunais militares. (Carolina Cunha, 2017)

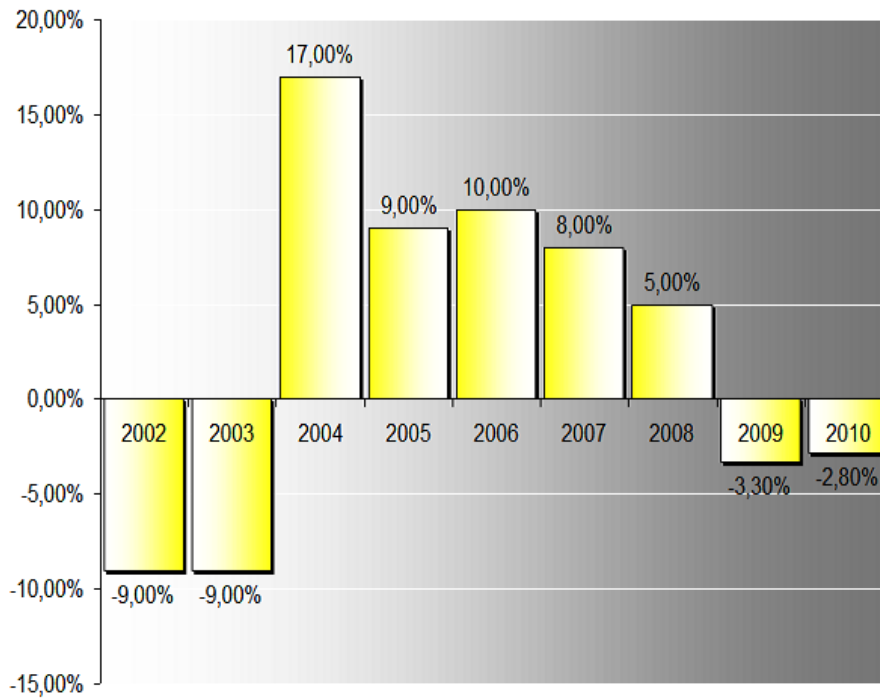
Em uma tentativa fracassada de reestruturação, o governo de Nicolás Maduro tem realizado ações de controle do judiciário. Em 2016 a questão se agravou, pois o TSJ considerou que a Assembleia Política do país não está em conformidade com a atualidade venezuelana, acarretando em mais problemas econômicos, políticos e sociais.

2. Crise Econômica e Social

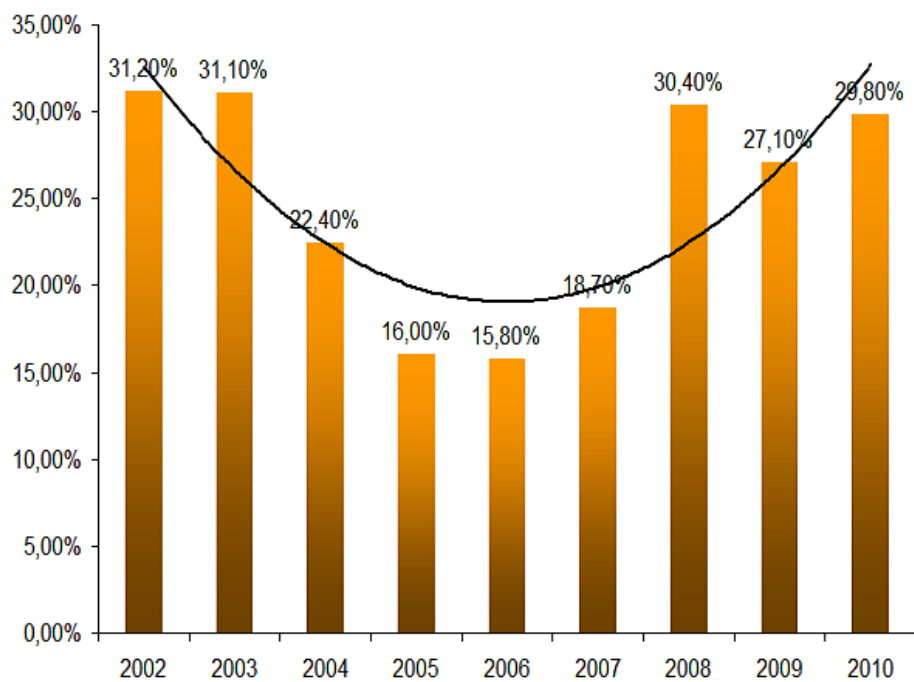
Com a crise advinda do petróleo, o governo passou a depender demasiadamente da “criação” de capital para arcar com suas despesas internas, ocasionando um aumento exorbitante da inflação. O Estado congelou preços, provocando a falência de lojas, empresas e indústrias nacionais. Além disso, a moeda nacional foi extremamente desvalorizada, aumentando, assim, o custo da importação.

O desenvolver da crise a tornou aguda: os preços estão descontrolados e a inflação chegou em proporções altíssimas. A imagem de pessoas em filas para comprar produtos básicos já faz parte da rotina dos cidadãos venezuelanos. Quase todos os produtos consumidos pela população são importados, inclusive os bens alimentícios. Os venezuelanos vivem constantes racionamentos nos supermercados e no comércio, os quais apresentam as imagens de prateleiras vazias. O desabastecimento inclui a falta de alimentos, remédios e vacinas.

Venezuela - Histórico de Crescimento do PIB



Taxa de Inflação - Venezuela - 2003 a 2010

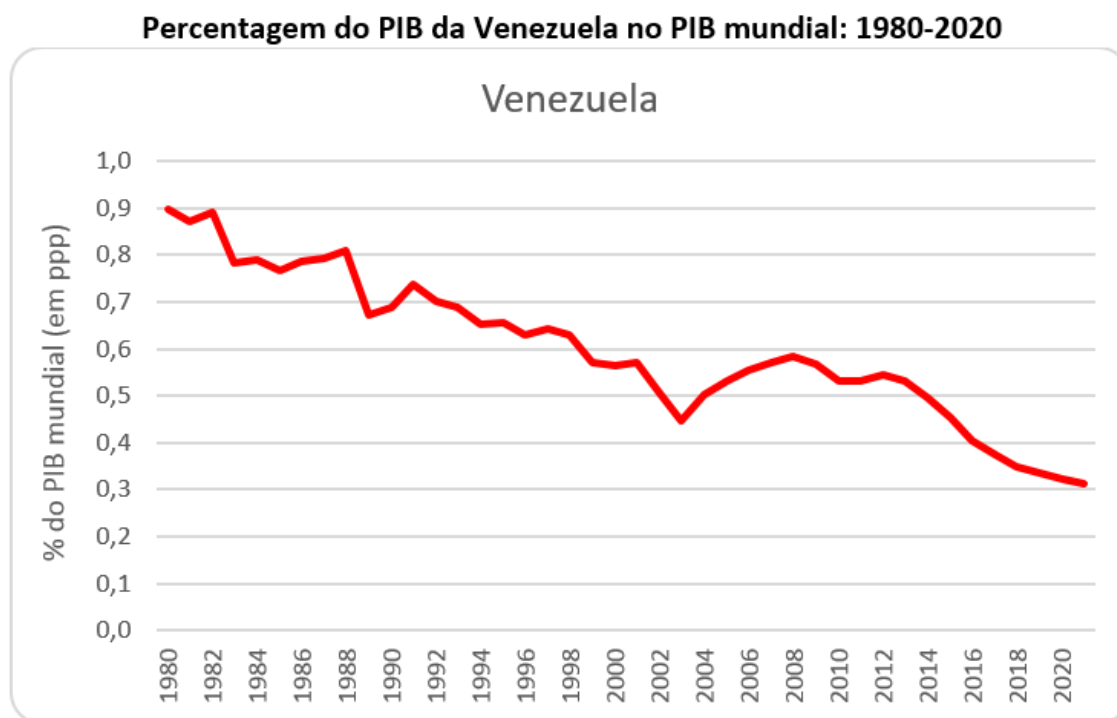


3. Problema Social: Deterioração da saúde e Violência

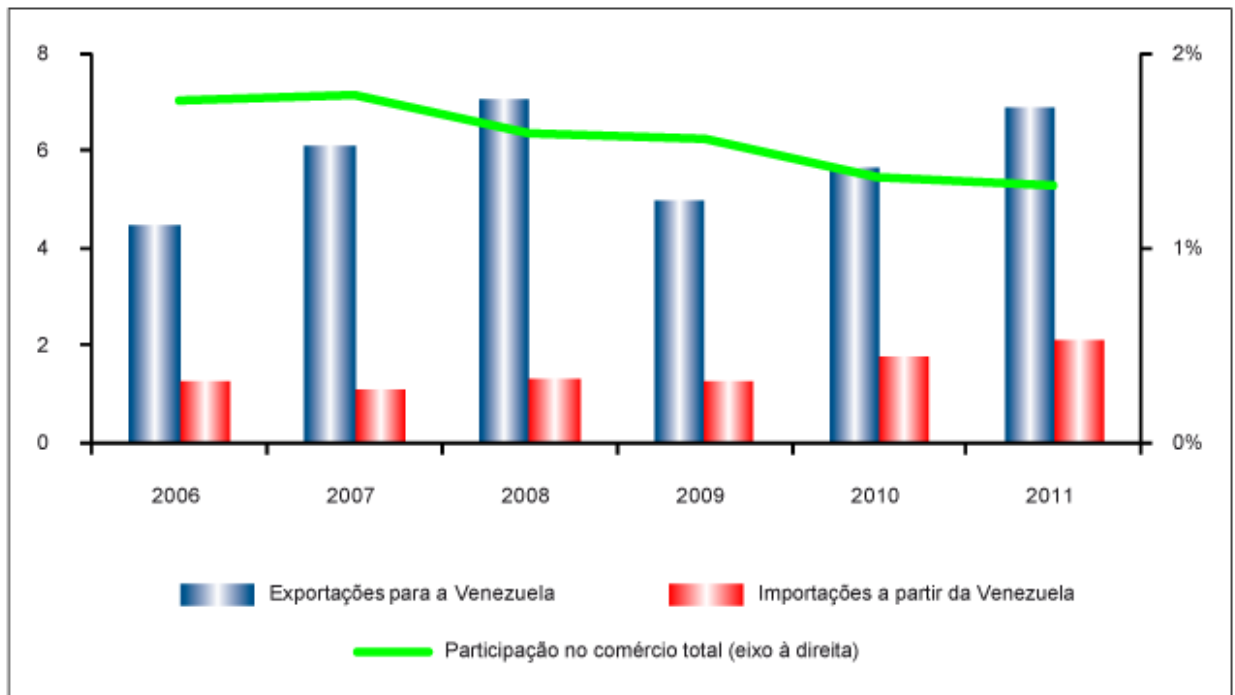
Com a falta de itens básicos de sobrevivência, os índices de violência se superaram. O desabastecimento se agravou devido aos contínuos saques praticados em alguns estados venezuelanos. A insegurança alimentar também está aumentando no país. Os hospitais estão em colapso com a falta de recursos e a maior parte da população não tem acesso a remédios e está exposta a epidemias. (Carolina Cunha, 2017)

O relatório do Ministério da Saúde Venezuelano registrou o aumento das taxas de mortalidade infantil e mortalidade materna entre 2015 e 2016. Tais problemas estão se refletindo no aumento de migrações. Foi constatado que centenas de venezuelanos estão cruzando a fronteira com o Brasil e Colômbia em busca de atendimento médico gratuito.

4. Gráficos de análise venezuelano



Fonte: Fundo Monetário Internacional (FMI) – visitado em 12/04/2016|
(Nota: 2016 a 2020 = projeção) <http://www.imf.org/external/datamapper/index.php>



CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi desenvolver a problemática venezuelana, fazendo uma investigação detalhada de seu passado histórico, analisando os governos anteriores ao de Nicolás Maduro e atribuindo significância as mazelas que tornaram a nação um território onde a violência, a pouca estrutura, a escassez de produtos e as manifestações opositoras se mostram corriqueiras, tornando o país instável e desprotegido de ações que mancham os Direitos Humanos e os ideais da Organização dos Estados Americanos.

REFERÊNCIAS

Berglund S. La población extranjera en Venezuela de Castro a Chávez. In: Las inmigraciones a Venezuela en el siglo XX. Caracas: Fundación Francisco Herrea Luque;2005; p. 35-50

AMORIM, Celso. **Só o diálogo salva a Venezuela**. In: Carta Capital. São Paulo, Editora Confiança. 16 de janeiro de 2016. Disponível em <http://www.cartacapital.com.br/revista/884/so-o-dialogo-salva-a-venezuela>. Acesso em 30 mai. 2016.

PASEIRO, Laura Becquer. **Maduro destaca legado de Chávez no cenário atual**. Cuba. In: Granma (Órgão Oficial do Comitê Central do Partido Comunista de Cuba). 27 de março de 2015. Disponível em <http://pt.granma.cu/mundo/2015-03-27/maduro-destaca-legado-de-chavez-no-cenario-atual>. Acesso em 30 mai. 2016.

BARRO, R. *Determinants of economic growth: a cross-country empirical study*. Cambridge, Mass./ Londres: MIT Press, 1997.

BANCO MERCANTIL. *Carta Económica Semanal*. Várias semanas de 2006 e 2007.
_____. *Informe Económico Mensual*. Vários meses 2006 e 2007.

DAZA, A., PUENTE, J. Escenarios para la economía venezolana: estabilización o simplemente retraso de la reformas. *Debates IESA*, out.-dez. 2001.

DORNBUSCH, R., EDWARDS, Sebastián. *Reform, recovery, and growth: Latin America and the Middle East*. Chicago: University of Chicago Press, 1995.

GUTIÉRREZ, A. *Venezuela: oportunidades y amenazas de su inserción en el MERCOSUR*. University of Miami, outubro, 2006.

COSTA, Antonio Luiz M. C. **A direita vai com muita sede ao pote**. In: Carta Capital. São Paulo, Editora Confiança. 22 de janeiro de 2016. Disponível em <http://www.cartacapital.com.br/revista/884/com-muita-sede-ao-pote>. Acesso em 30 mai. 2016.

AFP. **Atoleiro político bloqueia solução econômica na Venezuela**. In: Zero Hora. Porto Alegre. 08 de janeiro de 2016. Disponível em

<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2016/01/atoleiro-politico-bloqueia-solucao-economica-na-venezuela-4947621.html>. Acesso em 30 mai.2016.

ANA PRADO. Governo de hugo Chávez. Disponível em: <<http://atualidades/hugo-chavez-e-a-venezuela/>>. Acesso em: 12 jul. 2017.

POLÍTICA EXTERNA. A crise política venezuelana. Disponível em: <<http://politicaexterna.com.br/69/crise-politica-venezuelana-complicado-contexto-nacional/>>. Acesso em: 07 jul. 2017.

Margarita López Maya. A crise política venezuelana e seu complicado contexto nacional. POLITICA EXTERNA, [S.L], 02./jul. 2017. Disponível em: <<http://politicaexterna.com.br/69/crise-politica-venezuelana-complicado-contexto-nacional/>>. Acesso em: 11 jul. 2017.

CUNHA, Carolina. PROTESTOS NA VENEZUELA. Crise na Venezuela, [S.L], jul. 2017.

DA AFP. Crise Política na Venezuela. Folha de São Paulo, [S.L], jul. 2017.

JUNIOR, Antonio Gasparetto. Revolução Bolivariana. Revolução Bolivariana, São Paulo, jul. 2013.

APÊNDICE I – POSICIONAMENTO DE BLOCOS

África do Sul

Desde 2008, o governo venezuelano estabeleceu um acordo diplomático com a África do Sul, o qual prevê o fornecimento de petróleo venezuelano ao país a preços preferenciais e o acesso da empresa petrolífera sul-africana, a Petro SA, a campos de produção venezuelanos. Desse modo, o país sul-africano interessa-se na estabilidade política e econômica da Venezuela a fim de que os acordos firmados sejam devidamente cumpridos, com o objetivo de fortalecer a economia nacional de ambos os países.

Alemanha

Após a eleição da Assembleia Constituinte Nacional na Venezuela, o governo alemão questionou enfaticamente a confiabilidade dos membros presentes, além de ressaltar que preza pela “transparência política e econômica” dos países. Entretanto, representantes da esquerda e do movimento de solidariedade alemão defendem fortemente o processo de constituição de uma nova Carta Magna para o país.

Antígua e Barbuda

O primeiro-ministro de Antígua e Barbuda recomendou a comunidade internacional de abster-se de manobras intervencionistas contra a Venezuela, além de respeitar as decisões da população e do governo do país, principalmente ao presidente constitucional Nicolás Maduro. Além disso, o governo de Antígua e Barbuda recusa a participação em qualquer intervenção militar na região, uma vez que essa atitude apenas pioraria a situação do país.

Argentina e Brasil

Por diversos anos a Argentina enfrentou uma crise política-econômica, e diversas atitudes vêm sendo tomadas pelo governo visando amenizar os inúmeros impactos no território.

Até 1976, o século XX argentino foi marcado pelas lutas do povo em prol dos seus direitos políticos, sociais e econômicos, canalizados sobretudo pelos grandes partidos políticos

e pelos governos populares e obstaculizadas pelas rupturas constitucionais provocadas pelos golpes de estado. Desse modo, a ditadura arrasou as formas de expressão, organização e participação da sociedade civil, e também desmantelou as políticas de cooperação com os países vizinhos, características dos governos constitucionais passados.

A política externa argentina ao longo da história nacional ressaltou inúmeras rupturas estatais, tornando-a vítima de oscilações ditatoriais, que acabavam por ferir a democracia e subjugava os direitos dos cidadãos. O governo enfrenta demasiadas críticas, tanto a nível nacional, quanto internacional.

O Brasil enfrenta uma crise política e econômica, que coloca em dúvida a capacidade política do Estado, bem como sua legitimidade. O índice de violência é crescente, e falta uma estratégia efetiva do governo federal, estadual e municipal para trabalhar de forma articulada.

Devido algumas características entre as nações, Brasil e Argentina possuem a mesma posição em relação ao conflito entre poderes na Venezuela, desencadeado pela impugnação de alguns legisladores opositores. As nações brasileiras e argentinas acreditam que o controle só poderá ser alcançado quando as instituições entrarem em conformidade com o desejo popular, desde que sejam analisadas todas as conjunturas econômicas para garantir a reestruturação do país.

“Os problemas são venezuelanos e estão sendo resolvidos por eles e por suas instituições”, disse o ministro das Relações Exteriores do Brasil. A chanceler Argentina completou “Estamos seguindo de perto e com muito interesse a situação na Venezuela, está é uma questão interna e um processo em andamento. Estamos seguros de que, assim como aconteceu nas eleições legislativas (de dezembro), a vontade do povo será acatada por todos e pelo governo”

Bahamas

Bahamas encontra-se extremamente empenhada em auxiliar a Venezuela, uma vez que as relações entre os países é deveras saudável. Durante as reuniões da Organização dos Estados Americanos, Bahamas costuma participar ativamente nas discussões acerca da situação no país, buscando sempre conciliar os interesses dos países.

Barbados

Barbados não mede esforços para discutir e auxiliar a Venezuela em sua crise. Desse modo, uniu-se a outros países para discutir a situação política, econômica e social do país. O governo venezuelano ainda espera que Barbados apoie o complexo e instável governo exercido

por Nicolas Maduro em uma luta contínua com a Organização dos Estados Americanos, visando a melhoria da situação do país.

Belize

Belize está entre os membros da Organização dos Estados Americanos, que apoiou uma tentativa fracassada dos Estados Unidos de terem um "grupo de amigos" para mediar a crise política em curso na Venezuela.

A Venezuela não concordou com a ideia, dizendo que foi uma tentativa intervencionista dos EUA. O ministro das Relações Exteriores da Venezuela, Delcy Rodriguez, referiu-se a países que apoiaram a resolução dos EUA como "lapdogs do imperialismo".

Bolívia

A Bolívia atravessa momentos difíceis por várias razões. A principal delas é a situação econômica crítica que vem se arrastando há muitos anos. A crise internacional, mormente a brasileira e a dramática situação que a Argentina viveu exerceram pressão sobre a economia altamente dependente e vulnerável da Bolívia.

As nações Bolívia e Venezuela são grandes aliadas, principalmente no que tange ao conflito enfrentado pelos venezuelanos. O presidente boliviano apoia Nicolás Maduro e acredita que as ações tomadas pelo presidente serão responsáveis por uma futura estruturação social no país, e que momentos de crise são necessários para a prosperidade futura.

O representante boliviano proferiu, em um de seus discursos, que as acusações ao governo aliado são alterações inconstitucionais e atentados a soberania estatal, posto que o objetivo das ações não deveria ser a interferência direta, mas uma negociação que leve a restauração da ordem democrática.

Canadá

Mesmo sendo um dos membros mais novos da OEA, o Canadá é um dos integrantes mais fortes economicamente do grupo e um dos países mais vanguardistas de todo o mundo. Defensor da pluralidade étnica, da abertura de fronteiras e recepção a imigrantes, assinou a declaração lida pela delegação do Panamá, que pedia a interrupção do processo de Assembleia Constituinte. A delegação canadense se dispôs a ser um mediador do tema na OEA.

A intenção da delegação canadense é fazer com que o processo político em curso seja revisto, pois entende que a população, em sua maioria, não concorda com as ações tomadas.

Não é da intenção do Canadá interferir nos ideais políticos venezuelanos, sejam eles quais forem, desde que o governo respeite os desejos da maioria da população.

Chile

A América Latina é o pilar prioritário da política externa chilena. É nesse espaço geográfico, político, econômico e cultural que a sociedade vive atualmente. O Chile aspira o desenvolvimento conjunto da América Latina.

O governo venezuelano acusa o Chile de atentar contra a sua soberania e se intrometer em assuntos internos. A nação chilena se mostra contra os atos praticados pelo presidente Nicolás Maduro, uma vez que as consequências acarretaram em uma enorme crise social, como a escassez de alimentos e a incapacidade de tratar da saúde territorial.

O representante venezuelano discursou: “É necessário lembrar o Ministério das Relações Exteriores do Chile que a não-intervenção nos assuntos internos de outro Estado é um princípio fundamental consagrado no Direito Público Internacional. Qualquer declaração que fira sua essência em nada contribui para a construção e o aperfeiçoamento das relações bilaterais de respeito mútuo. Para a República Bolivariana da Venezuela é norma fundamental abster-se de se pronunciar sobre os assuntos internos de qualquer Estado soberano”.

China

Apesar de encontrar-se territorialmente distante da Venezuela, a República Popular da China participa ativamente das discussões acerca da Crise na Venezuela. Assim, o país defende a impossibilidade de uma intervenção militar direta na Venezuela, uma vez que a China é grande aliada do governo de Nicolás Maduro e defende que o presidente permaneça no poder, uma vez que "foi eleito por maneiras legítimas". Além disso, a China teme que a intervenção militar possa prejudicar os acordos econômicos selados entre os países

Colômbia

A violência e a insegurança geradas pelo terrorismo e financiadas com força especial no país pelo negócio transnacional das drogas ilícitas e os delitos a elas relacionados: o desvio de precursores químicos, a lavagem de dinheiro e o tráfico de drogas, munições e explosivos, comprometem o desenvolvimento econômico e social da nação, vulneram o estado de direito, debilitam as instituições democráticas e afetam a população civil.

Garantir a integridade do território e promover o desenvolvimento das zonas fronteiriças são propósitos que refletem os mais altos interesses da Nação. A política exterior colombiana reconhece a importância crescente dos atores não estatais no contexto internacional, e valoriza a independência e o sentido crítico de desenvolver o seu papel na agenda internacional.

A situação entre as nações Colômbia e Venezuela envolvem muitos acordos e desavenças, porém os governos estão desenvolvendo medidas para a resolução de conflitos de forma diplomática e amistosa.

Em 2016 Nicolás Maduro ordenou o fechamento temporário de suas fronteiras com a Colômbia para combater as máfias que, segundo ele, contrabandeam a moeda local com o objetivo de desestabilizar a economia venezuelana.

Em relação a questão política, econômica e social da Venezuela, a Colômbia sofre com a quantidade de pessoas que ultrapassam a fronteira buscando por auxílio médico gratuito, visto que, a nação colombiana não consegue prestar assistência a todos, devido as crises internas que enfrenta.

Costa Rica

A Costa Rica é uma das democracias mais consolidadas de todo o continente americano, mantendo o regime democrático mesmo quando explodiram as ditaduras militares em vários países da América Latina. Além disso é um país extremamente vanguardista, exemplificado por sediar a Corte Interamericana de Direitos Humanos, ter abolido os zoológicos e não possuir um exército nacional.

Por todo este contexto, a delegação costarriquenha pede a volta dos mecanismos de participação popular no governo democrático e o cumprimento dos desejos da população venezuelana, os quais foram expressos na consulta popular, realizada no dia 16 de Julho. Outro ponto duramente criticado pela Costa Rica é o uso desproporcional e desnecessário de violência contra a população civil.

Cuba

Cuba foi a única nação do continente americano que adotou o socialismo como sistema político. Essa posição do país teve como consequência o embargo econômico de muitas nações do mundo, sobretudo dos Estados Unidos.

A relação de Cuba com a Venezuela é de extrema diplomacia e respeito. A participação de Hugo Chávez na política venezuelana foi crucial para consolidar a relação entre os dois países. Chávez formou uma grande aliança com o presidente cubano Fidel Castro e uma significativa relação comercial com Cuba desde a sua eleição em 1999. A relação bilateral incluía a ajuda ao desenvolvimento, empreendimentos conjuntos, grandes transações financeiras, troca de recursos energéticos e tecnologia de informação, e cooperação nas áreas de serviço de inteligência e militares.

Cuba, durante o mandato de Hugo Chávez na Venezuela, se tornou extremamente dependente do auxílio que o país presta. Seu sucessor, Nicolás Maduro, aprofundou ainda mais a dependência venezuelana de Havana por meio de medidas econômicas e políticas.

Dominica

Dominica estava entre os três países da CARICOM que votaram contra uma resolução fracassada apoiada pelos EUA sobre a Venezuela na Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA). A resolução incluiu uma proposta para um "grupo de amigos" para mediar a crise política que envolveu a Venezuela. Dominica tem sido um aliado firme da Venezuela e tem apoiado o país sul-americano com problemas na OEA.

El Salvador

Apesar de não apresentar-se como um membro ativo da Organização dos Estados Americanos, El Salvador busca sempre a obtenção da cooperação internacional a fim de que o meio mais pacífico possível possa ser atingido. Assim, El Salvador defende a não interferência dos países-membros no território venezuelano, bem como busca uma solução pacífica para a resolução dos impasses, de modo que as reivindicações apresentadas pela população nacional sejam escutadas e adequadas à realidade.

Equador

O Equador sofreu, em 1999, uma das crises financeiras mais graves de sua história, como resultado de um conjunto de fatores que convergiam para uma súbita movimentação de depósitos bancários. Esse fato gerou a falta de liquidez e em alguns casos a falência de várias instituições financeiras, com o conseqüente prejuízo para o Estado, dessa forma afetando sua população de forma significativa.

A relação entre Equador e Venezuela por muitos anos foi conturbada devido o desenrolar da Crise da Colômbia, porém os países realizaram acordos de cooperação que tornaram possível o uso da diplomacia em suas questões internas. A crise política da Venezuela impactou diretamente as votações no Equador, criando uma grande tensão internacional.

“O que se vota hoje é uma opção entre dois caminhos, ou viramos a Venezuela ou optamos pela paz, pela liberdade e pela democracia”.

Estados Unidos da América

O objetivo da política exterior dos Estados Unidos, como mencionado na Agenda de Política Externa do Departamento de Estado, é o de criar um mundo mais seguro, democrático e próspero para o benefício do povo americano e da comunidade internacional.

A relação dos EUA e a Venezuela é caracterizada por um significativo fluxo comercial e cooperação no combate ao narcotráfico, além de certa estabilidade durante várias décadas de história política venezuelana. No entanto, ambos os países passaram por tensões diplomáticas após a ascensão de Hugo Chávez ao governo da Venezuela em 1999.

Em 2014, as relações entre os dois países atingiram seu nível mais crítico após a imposição de sanções econômicas pelos Estados Unidos, sob a acusação de abuso de poder das forças policiais venezuelanas durante a onda de protestos contra Nicolás Maduro. Em contrapartida, a Venezuela tem citado uma suposta tentativa de golpe de Estado apoiada pelos Estados Unidos.

o ex-presidente Barack Obama assinou um decreto presidencial declarando a Venezuela uma "ameaça à segurança nacional" e impondo sanções contra sete representantes venezuelanos. Nicolás Maduro, por sua vez, denunciou as sanções como uma tentativa de prejudicar seu governo socialista. Em resposta, o governo norte-americano afirmou que as sanções seriam contra determinados indivíduos envolvidos em violação de direitos humanos na Venezuela, e concluindo que os Estados Unidos estavam "profundamente conscientes dos esforços do governo venezuelano em aumentar a intimidação de seus oponentes políticos".

França

Devido ao agravamento da crise na Venezuela, a França pediu que fosse estabelecida uma mediação regional ou internacional entre o governo do país e grupos de oposição para pôr fim a crescente violência na nação produtora de petróleo. "Para a França, assim como para seus parceiros europeus, a prioridade é o fim imediato da violência por meio do apoio de uma

mediação confiável regional ou internacional que tenha a confiança de ambos os lados -- governo e oposição-- para ajudar a restaurar o diálogo e a estabilidade", disse o porta-voz do Ministério de Relações Exteriores, Romain Nadal, à imprensa.

Grenada

Grenada compreende e mostra solidariedade à situação que enfrenta o país de língua espanhola. O Ministro de Relações Exteriores de Grenada afirma que "Grenada está com a Venezuela em solidariedade, não importa o que aconteça... Nós entendemos o desafio atual e queremos dizer-lhe que acreditamos que sua causa é correta e justa, e vamos lutar pelo país, não importa o que aconteça".

Guatemala

A Guatemala vem fazer o papel de mediação sobre as conversas tomadas no comitê sobre o processo que foi instaurado na OEA. Olhando para sua própria história, dominada pelas disputas entre diferentes visões políticas e ideológicas, disputas estas que levaram na maioria das vezes a conflitos armados que se arrastavam por anos seguidos, desmanchando a estrutura do país, a delegação guatemalteca condena a forma com que está sendo conduzida a situação pelas autoridades venezuelanas.

Por perceber que o passado de conflitos guatemalteca pode vir a ser um presente para a Venezuela, a delegação insiste que o diálogo tem de ser instaurado no contexto em que o governo tenta impor algumas medidas que não estão sendo aceitas pela maioria da população.

Guiana

Os objetivos da política externa da Guiana são: preservar a soberania, integridade territorial e independência, promover o desenvolvimento econômico e social do país, garantir que os interesses da Guiana sejam difundidos e promovidos na comunidade internacional e defender os objetivos e princípios da Carta das Nações Unidas.

A relação entre as nações Guiana e Venezuela é conturbada, as nações já enfrentaram demasiadas crises e confrontos diretos, principalmente conflitos territoriais e em relação ao petróleo.

Haiti

Após as terríveis catástrofes naturais ocorridas no Estado haitiano, o governo da Venezuela enviou diversos recursos para auxiliar a reconstrução política e econômica do país, focando sobretudo no auxílio humanitário à população. Desse modo, o governo haitiano mostra-se favorável ao envio de auxílio a população venezuelana, que vêm sofrendo com a crise econômica, política e social instaurada há anos no território

Honduras

A delegação hondurenha entra nesta reunião da OEA focada em reaver a paz para a população venezuelana, o que abriria espaço para uma reestruturação política e a recuperação econômica do país. É necessário, para a delegação, cumprir o calendário eleitoral, libertar os presos políticos, restituir as funções da Assembleia Nacional democraticamente eleita e garantir a separação dos poderes.

É inegável o alinhamento hondurenho com a delegação norte americana, e dentro deste assunto estes países devem buscar a cooperação, aproximando os outros mediadores do conflito. A própria experiência hondurenha de ter entendido a manobra do presidente Manuel Zelaya, em 2009, como um golpe de estado, e posteriormente retirar esta condição, pode trazer soluções para ajudar a resolver a complicada crise venezuelana.

Jamaica

A delegação jamaicana aprovou a discussão da crise venezuelana na OEA, mesmo com a oposição do governo de Caracas. O passado como colônia inglesa deu uma estabilidade política ao país que é rara nos demais países da América Latina. O fato de existirem apenas dois partidos e a ausência de revoltas mais severas demonstra esse fato.

Há um certo distanciamento da Jamaica em relação aos outros países latinos, resultado do passado colonial, mas a luta pelo desenvolvimento é uma característica compartilhada entre os seus vizinhos americanos. O foco da delegação Jamaicana é discutir a recuperação econômica venezuelana, sendo que a sugestão da delegação é a diversificação da economia venezuelana, diminuindo a dependência do petróleo.

Japão

Apesar de não possuir relações diplomáticas e econômicas tão significantes com a Venezuela, o Japão afirma prezar pela manutenção da paz mundial e pelo respeito a soberania

dos países em conflito. Assim, busca sempre uma solução pacífica para a satisfação das vontades dos países e sobretudo da população.

México

A percepção acerca do processo político no México é similar à da Argentina. O país sofre com o envolvimento militar e os atos abusivos por eles praticados. A impunidade e a corrupção na aplicação da lei e no sistema de justiça são vistos com preocupação pela comunidade internacional, posto que atos como assassinatos, sequestros e torturas são efetivados no território mexicano.

A relação do México com a Venezuela não apresenta grandes conturbações. A nação mexicana tem se reaproximado da Venezuela nos últimos anos devido a existência de acordos comerciais que envolvem as duas nações.

Nicarágua

A Nicarágua, juntamente com a Bolívia, é o maior parceiro da Venezuela dentro da OEA. O país tem uma história de luta por autonomia política mesmo após ter conquistado a independência em 1821, sendo que houveram resultados de eleições contornados a força por pressão norte americana. A situação chegava ao ponto de os Estados Unidos enviar tropas para garantir a ascensão de um candidato alinhado aos interesses deste país.

Esse processo foi parcialmente quebrado pelos movimentos guerrilheiros na década de 20 e 30, liderados por César Augusto Sandino. Este líder influenciou, na década de 80, a Revolução Sandinista, processo que mudou os rumos da Nicarágua. O atual presidente, Daniel Ortega, ocupa o cargo desde 2007 e tem um pensamento que é considerado sandinista.

Todo esse histórico anti-imperialista e a orientação política atual Nicaraguense levam o país a defender o governo de Nicolas Maduro. A representação na OEA criticou o fato da organização estar discutindo este tema sem o consentimento do governo venezuelano e também tenta contornar a situação ao dizer que a OEA não toma atitudes a respeito da violação dos direitos humanos e da democracia em outros estados membros.

Panamá

O Panamá faz parte dos países que tem maior oposição a situação que vem ocorrendo na Venezuela. O país retira grande parte das suas receitas a partir do Canal do Panamá, ou seja,

depende do investimento e do comércio internacional para manter o bom nível de desenvolvimento que vem apresentando nos últimos anos.

O Presidente Juan Carlos Varela é um empresário e isso diz muito sobre o direcionamento político do país, que tem uma boa abertura econômica com todos os que tiverem dispostos, especialmente os Estados Unidos. A delegação do Panamá leu uma declaração na OEA que foi assinada por outros 12 países pedindo ao governo venezuelano que pare o processo da nova Assembleia Constituinte.

Paraguai

Depois de sua independência, e ao longo do século XIX e de parte do século XX, o Paraguai teve de enfrentar diversos conflitos internacionais que levaram o país a um grande atraso. O longo regime autoritário que o país sofreu de 1954 até 1989 levou a nação paraguaia a uma fase de isolamento.

Os eixos centrais da política exterior do Paraguai são: a defesa da soberania nacional em seus diversos aspectos: territorial, de segurança, ambiental, cultural, de recursos naturais, fronteiriços e migratórios, a promoção da democracia e Direitos Humanos e a luta frontal contra a corrupção, o terrorismo, o narcotráfico e outros crimes transnacionais.

A situação de crise paraguaia se assemelha bastante a crise venezuelana, porém os países não são aliados. "O que tem em comum entre a crise venezuelana e paraguaia é a hipertrofia do presidencialismo, ou seja, a tentativa de o executivo ter uma gerência sobre a Justiça e o Legislativo", "São dois países onde a instabilidade democrática tem sido atônica nos últimos anos" – Vice-Diretor do Instituto de Relações Internacionais

Peru

A delegação peruana tomou a iniciativa e se lançou como um dos mediadores do conflito dentro da OEA. O passado não tão distante de dívida externa e inflação crescente, que tem consequências até hoje na agenda econômica do país. O presidente Pedro Pablo Kuczynski executa uma agenda político-econômica de centro direita democrática, sendo assim a delegação peruana é contrária ao modo que o governo venezuelano tenta impor as reformas, que são desaprovadas pela maioria da população

Reino Unido

O Ministério das Relações Exteriores do Reino Unido advertiu sua população contra viagens que não sejam essenciais para a Venezuela, em meio ao temor de distúrbios civis no país. A chancelaria argumenta que há o risco de problemas nos meios de transporte internos e também para fora do país. Caso o quadro político se agrave, a embaixada britânica poderá enfrentar limitações na assistência que pode fornecer, adverte o governo de Londres. Além disso, o governo britânico exerce duras críticas ao presidente Nicolás Maduro, principalmente no que se refere ao ataque e perseguição de líderes opositores.

República da Coreia

Uma vez que as relações diplomáticas entre os Estados Unidos da América e o governo da República da Coreia são conturbadas, deve-se manter foco especial à situação crítica a Venezuela no cenário internacional. Estudiosos temem que a República da Coreia possa aproveitar-se desse cenário de crise no continente americano para efetuar ameaças mais verossímeis ao governo norte-americano.

República Dominicana

O Ministro das Relações Exteriores da República Dominicana, Miguel Vargas, propôs a criação de uma comissão de países amigos para acompanhar o diálogo entre as partes em conflito na Venezuela. A República Dominicana foi um dos países que se absteve de assinar a favor ou contra uma declaração promovida por um grupo de países, liderado pelo México, que clamou pela reconsideração de convocação da Assembleia Constituinte, recomendando estabelecer um calendário eleitoral.

Santa Lúcia

Apesar de não se apresentar constantemente nas reuniões da Organização dos Estados Americanos, Santa Lúcia preza pela cooperação mútua dos países do continente americano e, portanto, clama pela ajuda social e humanitária enviada à Venezuela. Além disso, o país

acredita que a melhor maneira de retirar a Venezuela da crise seria por meio de novas eleições e de atendimento às demandas da população.

Suriname

A política externa da República de Suriname visa o respeito pelo Estado constitucional e pelos princípios democráticos internacionalmente aplicáveis, a não interferência nos assuntos internos dos outros Estados, ou o respeito mútuo pela soberania nacional, a observância dos Direitos Humanos e a proteção do meio ambiente, bem como a implementação do desenvolvimento sustentável.

Não existem grandes confrontos entre a nação Venezuela e Suriname, os países não possuem grandes acordos econômicos e políticos, porém prezam pela cooperação e diplomacia entre as nações latino-americanas. O governo Suriname acredita que a Venezuela precisa elaborar medidas para proteger sua população dos efeitos da queda econômica e descontrole político.

Trinidad e Tobago

Apesar de ser localizado na costa da Venezuela, o Estado de Trinidad e Tobago não possui relações diplomáticas muito estreitas com o governo de Nicolás Maduro. Entretanto, Trinidad e Tobago depende de seu comércio exterior com a Venezuela para a eficácia de sua economia, logo, preza pela estabilidade econômica venezuelana a fim de que a economia nacional não seja prejudicada.

Uruguai

O Uruguai, em sua história recente, tem sua política externa baseada na busca por inserção internacional e integração comercial com países vizinhos. Para tanto, o país tem adotado inúmeras medidas, dentre elas a frequente participação nas Operações de Paz promovidas pelo mundo pela Organização das Nações Unidas (ONU).

O Uruguai hoje vive em uma república representativa presidencialista. Historicamente sofreu com a ditadura, época na qual os Direitos Humanos foram abalados. O período de ditadura militar na América Latina foi marcado pela efetividade de atos desumanos, fortes repressões e autoritarismo.

A nação uruguaia acredita que o controle político precisa ser reestabelecido para que o Estado venezuelano possa se fortalecer economicamente e socialmente e por fim possa tomar medidas realmente efetivas e elaboradas de proteção a sociedade civil.

Venezuela

Na Venezuela, inúmeras manifestações têm ocorrido, levando as ruas opositores ao governo, que questionam as últimas eleições. O sistema eleitoral venezuelano se tornou alvo de questionamento e críticas devido à vitória de Nicolás Maduro nas eleições contra Henrique Capriles.

O país enfrenta uma crise econômica, que acompanhada a violência urbana e atos que ferem os direitos humanos, configuram a Venezuela a uma situação emergencial. No setor econômico o país apresenta uma taxa de inflação elevada, a alta nos preços é associada à escassez de produtos.

A violência no país é crescente, diversos atos de repressão foram constatados no Estado, oponentes políticos do governo passaram por julgamentos injustos e aprisionamento. Houve relatos que comprovam o uso excessivo da força efetivados pelos órgãos de segurança estatal, resultando em diversas mortes.